

## **DO ESCUDO ANTI-MÍSSEIS À CONTINGÊNCIA AMBIENTAL: A IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR NA GRANDE ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA NO PÓS-GUERRA FRIA**

**Hermes Moreira Jr.**

Professor de Relações Internacionais  
Universidade Federal da Grande Dourados  
Pesquisador do INCT-INEU  
hermesmoreira@ufgd.edu.br

### **Resumo:**

O objetivo deste texto é identificar a importância que ocupa o chamado Complexo Industrial Militar na Grande Estratégia dos Estados Unidos. Dada as transformações do cenário político mundial ao final do conflito entre Estados Unidos e União Soviética, tomamos como escopo o período pós Guerra Fria, em que tanto a estratégia norte-americana como o objeto em questão – o Complexo Industrial Militar – passam por um processo de reorientação. Através de revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de dotação orçamentária, buscar-se-á verificar a existência de compatibilidade do Complexo Industrial Militar com os interesses norte-americanos na atual ordem global. Nesse sentido, partimos da premissa de que em meio às transformações do cenário internacional contemporâneo e atento às novas demandas do Estado, o Complexo Industrial Militar vem se adaptando às necessidades da Grande Estratégia de política externa dos Estados Unidos, exercendo papel fundamental nos processos de inovação científica e tecnológica, centrais para a manutenção da liderança norte-americana no cenário internacional.

**Palavras-chave:** Estados Unidos. Grande Estratégia Norte-Americana. Complexo Industrial Militar. Inovação Tecnológica.

## INTRODUÇÃO

Em meio a um intenso debate sobre o declínio econômico e o desgaste da imagem internacional dos Estados Unidos, seguidos da demanda por redimensionamento das instituições multilaterais por ele arquitetada para fundar a ordem internacional do pós-Guerra, se reconhece a manutenção da superioridade militar norte-americana. Sobretudo, frente às recentes intervenções e manobras militares na Ásia Central e Oriente Médio, responsáveis por mostrar ao mundo a desenvoltura e disparidade do poder militar estadunidense frente a seus combatentes ou mesmo a seus aliados. Nesse sentido, para muitos analistas é o poderio militar norte-americano responsável por sustentar o país como principal potência do sistema internacional ainda nos dias de hoje.

Com efeito, desde o pós-Guerra – e com o impulso da Guerra Fria – tem-se discutido o papel que o militarismo assumiu na construção da hegemonia internacional norte-americana. Não obstante, ao consolidar sua preponderância militar, os Estados Unidos criaram uma demanda industrial que foi responsável por dinamizar sua economia doméstica desde os anos da II Guerra Mundial e fomentar demais setores produtivos em momentos de crise, estagnação ou recessão. Denominada Complexo Industrial-Militar, essa estrutura, que congrega a demanda industrial à ação militar externa, é para muitos autores a principal responsável pelo aquecimento da economia norte-americana em períodos de dificuldades internas.

Sendo assim, nosso objetivo é discutir qual o comportamento desse Complexo Industrial Militar no período pós-Guerra Fria, em que a dinâmica dos conflitos internacionais passa por uma série de alterações, principalmente no que diz respeito à corrida armamentista com o fim da bipolaridade e o questionamento e a não-aceitação do militarismo como instrumento político na agenda internacional. Ademais, tentaremos identificar se, no atual contexto, existe possibilidade do Complexo Industrial Militar sustentar a liderança hegemônica norte-americana para além do engajamento de suas forças armadas.

Para isso, procuramos de início definir as principais características do Complexo Industrial Militar e demonstrar seu papel na economia e política externa norte-americana. Em seguida, apresentamos as adaptações pelas quais ele passou no período pós-Guerra Fria para responder às demandas desse novo contexto, ainda que com a ressalva de ficar ausente uma análise mais pontual de sua

adequação às estratégias dos governos de George H. Bush, Bill Clinton e George W. Bush. Por fim, buscamos demonstrar as possibilidades de manutenção da condição de liderança internacional dos Estados Unidos a partir do Complexo Industrial Militar ao longo do governo Obama, em meio aos debates cada vez mais presentes sobre o declínio hegemônico norte-americano.

## **REVISITANDO OS DEBATES ENTRE DECLINISTAS E RENOVACIONISTAS**

A partir das crises de finais dos anos 1970, impulsionados pelas transformações das relações internacionais, diversos debates se estabeleceram sobre a possibilidade de declínio da hegemonia norte-americana no cenário internacional (Keohane, 1984; Kennedy, 1989; Wallerstein, 1995; Arrighi, 1996; Johnson, 2000; Mearsheimer, 2001; Todd, 2003; Arrighi, 2008). Ainda assim, não foram poucos os que contrariaram essas expectativas (e ainda o fazem hoje) e apostaram no triunfo estadunidense frente ao novo século que se apresentava (Fukuyama, 1989; Krauthammer, 1990; Nye Jr., 1990; Wohlforth, 1999; Nye Jr., 2002; Brzezinski, 2004; Ikenberry, 2006; Leffler & Legro, 2008; Zakaria, 2008, Brooks & Wohlforth, 2009). De todas essas possibilidades abertas, qualquer que seja o posicionamento tomado frente a esses debates, deve-se ressaltar a presença de uma ordem em transição.

A emergência de uma realidade global unipolar ao final da Guerra Fria apresentava a possibilidade de constituição de um mundo sob o domínio de uma só potência. Mas a velha máxima do equilíbrio de poder sistêmico parece sempre disposta a voltar à tona<sup>1</sup> (Waltz, 1979). Mais ainda quando se observa a composição de uma nova ordem em que a distribuição de capacidades e atribuições dos atores internacionais, a partir de novos arranjos políticos entre os Estados que buscam contrabalançar o poder norte-americano, começa a se formar (Guimarães, 2005; Buzan, 2004, 2007; Vizontini, 2006; Colin, 2007; Khanna, 2008; Rice, 2008).

Nesse sentido, vale a pena se debruçar sobre a seguinte questão: vivenciaremos no início do século XXI um processo de aceitação por parte dos Estados Unidos dessa nova realidade proposta e uma reacomodação da distribuição de poder no cenário internacional em um plano multipolar, ou estaremos às vésperas de uma nova “jogada” dos Estados Unidos para reativar sua condição de principal e incontestada potência do cenário internacional?

Nosso ponto de partida se baseia no entendimento de que, a despeito das fissuras partidárias e ideológicas em sua política doméstica, no que concerne às relações exteriores e conseqüentemente a posição do país no cenário internacional, grupos e atores políticos norte-americanos convergem na expectativa de recuperação de seu prestígio e preponderância internacional. Nesse sentido, uma estratégia de recuperação dessa condição deve ser traçada, tendo início a partir do primeiro governo da administração Barack Obama. E para tal, seria fundamental o resgate da imagem dos Estados Unidos como país de aspirações universalistas, de acordo com os anseios da sociedade internacional, ao contrário da imagem consolidada ao final dos oito anos da administração republicana de George W. Bush, em que a ênfase no interesse nacional foi uma constante nos discursos e prática norte-americanos.

Para isso, observamos a guinada norte-americana em um tema de fundamental importância para a comunidade internacional, a questão ambiental. Diante dos desafios lançados à sociedade global no século XXI, por diversas vezes em discursos e documentos oficiais, o presidente Barack Obama ressaltou a necessidade de adaptação do padrão tecnológico norte-americano em direção a uma nova fronteira, a da sustentabilidade ambiental (O.M.B., 2009, U.S.D.D., 2010; N.S.C., 2010; Obama, 2011). Sendo assim, partimos da premissa que o processo de inovação tecnológica (baseado na pesquisa científica e desenvolvimento industrial) poderá ser o responsável por garantir a manutenção da liderança norte-americana e reconstruir sua condição hegemônica, uma vez que a consolidação de um novo padrão técnico-científico baseado na sustentabilidade ambiental poderá conciliar as esferas do *soft* e do *hard power*: valorativa (por meio do respaldo da opinião pública internacional) e material (a partir acumulação de capital provinda dessa nova fronteira industrial).

Nesse sentido, de maneira análoga ao pós-Guerra, quando na estratégia de combate ao comunismo, que aglutinava idéias e capacidade efetiva de ação, o Complexo Industrial Militar foi responsável por sustentar este projeto nos âmbitos da pesquisa e inovação durante a corrida armamentista, vislumbramos a possibilidade de sua atuação orientada para o propósito de desenvolvimento de um novo patamar de tecnologias de sustentabilidade ambiental. Configurando, assim, sua importância na estratégia e consolidação do projeto estadunidense de recuperação de sua posição no cenário internacional.

Com efeito, optamos, nesse momento, por demonstrar qual tem sido o papel do Complexo Industrial Militar norte-americano no pós-Guerra Fria para fundamentar a hipótese levantada, de que ele possui centralidade na estratégia de ação internacional do país.

## **MAPEANDO O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR**

Dentro da estrutura institucional norte-americana os poderes Executivo e Legislativo são os encarregados de conduzir os rumos da política externa do país. Todavia, o emaranhado institucional que configura o pluralismo político de sua sociedade confere a uma série de “burocracias” importante função subsidiária às casas Executiva e Legislativa (McGann & Weaver, 2000; Lindsay, 2003; Wittkopff & McCormick, 2004; Ramalho, 2006; Daalder & Destler, 2008; Zahran, 2008; Santos, 2008). Inserido nessa infra-estrutura de composição das bases da política externa norte-americana também está o Complexo Industrial Militar.

Elemento com função consolidada na formulação da Estratégia dos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial, o Complexo Industrial Militar obteve destaque no discurso de despedida à nação do Presidente Eisenhower (1961), no qual alertava sobre o peso que este vinha adquirindo a partir da estratégia política da Guerra Fria<sup>2</sup>. Desde então, passou a ser comum a menção a esse complexo como um dos mais influentes atores no processo de formulação da política externa do país, sobretudo em questões de defesa e segurança nacional.

Em geral, a literatura crítica refere-se ao Complexo Industrial Militar como um conjunto de *lobbistas* dos setores militaristas e armamentistas da sociedade norte-americana (Barber, 1970; Magdoff, 1972; Gill & Law, 1988; Klare, 2001; Mann, 2003; Johnson, 2004; Harvey, 2004; Jarecki, 2008). Todavia, trata-se esta de uma visão reducionista. O Complexo Industrial Militar possui uma abrangência mais ampla do que os setores referidos por essa gama de autores. Trata-se de uma forte parceria entre o conhecimento tecnológico oriundo da academia, a base material oferecida pela iniciativa privada e o estímulo e a orientação política provindos do Estado. Esse relacionamento político entre academia, indústria e governo (políticos e forças armadas) permite o incentivo de pesquisas no setor privado, fornecendo forte estímulo a diversos setores da economia nacional.

Além de elemento propulsor de setores da economia, os desdobramentos do Complexo Industrial Militar afetam as mais variadas esferas da vida civil, possibilitando novas descobertas científicas e saltos tecnológicos que dinamizam a sociedade como um todo. Ademais, além de sua importância no âmbito doméstico, a manutenção da hierarquia dos Estados na ordem internacional ainda conta com forte implicação de sua capacidade industrial militar. O setor de inovação e pesquisa é, portanto, fundamentalmente estratégico dentro do campo de competição pela liderança internacional, seja por seus aspectos políticos, econômicos ou militares.

Sem perder de vista, ainda, que essa articulação proporcionada pelo elo entre o projeto político-militar e o conhecimento tecnológico amplia a capacidade real de defesa da nação (Racy & Silberfeld, 2005). Ou seja, tanto para proporcionar expansões (diretas e indiretas) quanto para se defender de movimentos rivais, a capacidade efetiva do Complexo Industrial Militar de um Estado é uma das variáveis mais significativas enquanto elemento de poder.

No caso norte-americano, toda a sustentação da estrutura hierárquica constituída ao longo da segunda metade do século XX, baseada nas instituições multilaterais e na ordem econômica, possui uma coordenação a partir da capacidade de superioridade material (Cox, 1986), oferecida pelo seu Complexo Industrial Militar. Fundamentado em um modelo descentralizado, organizações acadêmicas e industriais passaram a trabalhar em parceria com o governo federal para a mobilização dos recursos científicos voltados aos objetivos de defesa nacional (NSB, 2000).

Rapidamente, militares, cientistas, engenheiros, economistas, planejadores, foram todos sendo incorporados ao Complexo Industrial Militar, dinamizando o governo, a indústria militar e civil, as tecnologias de informação, comunicação e transportes, etc. Como consequência disso, a importância dada ao Complexo Industrial Militar dentro da estrutura norte-americana foi se ampliando, e passou a ocupar importante espaço nas agendas de segurança, econômica, política e inovação tecnológica. Adaptação fundamental para sustentar a posição dos Estados Unidos no sistema internacional projetando seus valores a partir da ampliação de seus poderes nacionais.

Deveriam ser garantidos, sobretudo: o acesso irrestrito a matérias-primas consideradas vitais para sua indústria e defesa; novas oportunidades de negócios e

mercados a seus cidadãos; a prevenção de qualquer possível ameaça contra a segurança nacional; e ainda, a defesa de valores da moralidade e ética internacional (NSC, 1991). Portanto, os interesses vitais, dentre os quais, a manutenção da posição hegemônica norte-americana. As possíveis fontes de instabilidade e de contestação ao sistema deveriam ser combatidas e reguladas, o surgimento de potências rivais deveria ser controlado e a garantia de governabilidade deste sistema se tornaria prioridade (Huntington, 1992).

Para isso era essencial aos Estados Unidos se aproveitar dos elementos tradicionais de poder que se faziam presentes, ou seja, aquilo que era chamado de “o comando dos comuns” (Posen, 2003), isto é, o seu domínio do espaço (entendido como a órbita terrestre), o seu comando do mar nos oceanos, e sua capacidade de impor e sustentar a supremacia aérea na região em que atuar. Sendo fundamental a presença do componente militar nessa estratégia de consolidar a liderança norte-americana através da participação direta nos equilíbrios regionais de poder que se constituíam, seja a partir de bases militares instaladas ou de capacidade de imediata mobilização de seu efetivo.

Nesse sentido, os debates sobre a extensão do alcance do poder norte-americano e seu relacionamento com o exterior moldaram uma estratégia de abrangência global a partir da defesa dos valores básicos de sua sociedade. Desse modo, a expansão do regime político e a disseminação da experiência norte-americana para todos os pólos do sistema deveriam ser responsáveis por garantir a manutenção dos espaços conquistados pela democracia liberal e pela economia de mercado. A manutenção de sua liderança passaria a ser concentrada no fortalecimento e aprofundamento dos arcabouços institucionais que a reproduzem em escala mundial.

Para isso, se tornou fundamental a estratégia de engajamento e expansão proposta pela doutrina de segurança nacional da administração Clinton (NSC, 1995). Como observam Posen e Ross (1996), seus “defensores propõem agir coletivamente, por meio de instituições internacionais o quanto for possível. Eles presumem que as democracias acharão mais fácil trabalhar juntas em regimes de cooperação do que fariam Estados com políticas domésticas menos avançadas”. A doutrina de engajamento e expansão acabara por substituir a contenção.

Desse modo, o Complexo Industrial Militar norte-americano passa por um processo de adaptação às novas necessidades da estratégia de segurança do país. Principalmente no que envolve o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação para subsidiar serviços de inteligência, uma vez que no contexto de guerras assimétricas a avaliação dos passos do adversário e a antecipação de suas ações ganham proeminência frente a capacidade bélica de destruição (Kaldor, 1998; Arquilla & Ronfeldt, 2001).

Dessa forma, seria necessária uma força mais leve e mais rápida, com grande ênfase em tecnologia, apta a efetuar ataques “cirúrgicos” e que fosse capaz de lidar com uma inúmera variedade de inimigos que eventualmente entrariam em confronto naquele novo contexto (Powell, 1992; Armitage, 1997; U.S.D.D., 1999). Mudança de foco que se traduzia na importância concedida à capacidade de travar guerras simultâneas em dois teatros distantes, e na destinação de recursos vultosos para garantir a prontidão dos seus efetivos, renovar os sistemas de armamentos e custear atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia militar.

Seria ampliada a ênfase dada às tecnologias de informação e aos serviços de inteligência, estruturada em um processo de inovação científica e capacitação em pesquisa e desenvolvimento tecnológico de última geração. Nesse sentido, a revolução nos programas militares se tornou importante elemento da política industrial norte-americana, impulsionando o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação civil e avanços nos estudos da área de biotecnologia (Mampaey & Serfati, 2005).

Ao longo da década de 1990 as telecomunicações representaram ponto importante na sustentação e expansão da estrutura de poder global dos Estados Unidos através da intensificação dos fluxos financeiros, do aprofundamento dos laços comerciais e da disseminação da cultura de consumo. Em grande parte o desenvolvimento dessas tecnologias se deu a partir de pesquisas impulsionadas pelo Complexo Industrial Militar de acordo com as novas demandas militares por sistemas de defesa atualizados com a nova realidade global.

Todavia, a despeito do prestígio internacional obtido pela nova estratégia de ação internacional norte-americana, que através da doutrina de engajamento e expansão promovia o multilateralismo econômico e político no âmbito institucional, mas não perdia o foco nos interesses nacionais estratégicos sob a ótica das

intervenções humanitárias, a instabilidade política doméstica coloca essa estratégia em xeque. Principais críticos da política externa dos anos Clinton, os neoconservadores afirmavam que os norte-americanos deveriam preencher o vácuo de segurança deixado pelo fim da Guerra Fria, espaço que a administração democrata não soube ocupar, permitindo que esse fosse ampliado, representando uma faceta frágil do poderio estadunidense.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, fizeram com que todos assistissem “à queda do mito da inviolabilidade do território continental norte-americano” (Pecequillo, 2005). O impacto psicológico e sócio-político desse fato pareceu oferecer aos Estados Unidos um propósito muito mais claro de limites de sua ação internacional, devido a níveis muito maiores de apoio político doméstico a uma política externa ativa e engajada.

Os eventos que se seguiram ao 11/09, nesse sentido, exacerbaram a aplicação da doutrina de defesa de posições norte-americanas, reafirmando a unipolaridade e a proeminência dos Estados Unidos no cenário mundial. Washington ganharia muito mais liberdade para determinar, de acordo com seus anseios, objetivo, missão e a coalizão que julgasse pertinentes. A política externa norte-americana passou por uma reorientação estratégica que se focou em preocupações frente à sustentação ao terrorismo internacional e à proliferação de armas de destruição em massa. Deixando claro na estratégia de segurança nacional norte-americana que o combate aos grupos terroristas teria como foco central a coerção a países que fornecessem respaldo político, estrutura, ou abrigo a estes grupos.

Com seus direcionamentos brevemente apresentados a partir do pronunciamento aos formandos da Academia Militar de *West Point* (Bush, 2002), e sistematicamente consolidados com a divulgação oficial de sua Estratégia de Segurança Nacional (NSC, 2002), a nova doutrina de ação dos Estados Unidos passaria a se sustentar sobre o direito unilateral de derrubar qualquer governo do mundo que se opusesse a seus interesses, ou que julgassem ser uma ameaça à sua segurança.

Dessa maneira, os *policy makers* norte-americanos passariam a operar o conceito de guerra preventiva como um instrumento legal e moralmente justo de sua política externa. Mais uma vez, a necessidade imperativa de adequação do Complexo Industrial Militar à mudança de rumos da estratégia norte-americana se faz presente,

visto que o combate ao terrorismo, a partir da concepção do *establishment* neoconservador/republicano se daria a partir das intervenções militares aos “Estados fora-da-lei”, tendo início a fase de engajamento militar com ocupação territorial no Afeganistão e no Iraque.

## **O GOVERNO BARACK OBAMA E A ESTRATÉGIA DA RESTAURAÇÃO**

Afetados pelo desgaste político imposto pelos anos da controversa administração republicana de George W. Bush (além de cientes dos desafios apresentados pelas chamadas potências emergentes no campo econômico), os norte-americanos cederam a Barack Obama a oportunidade de entrar para a história como restaurador da hegemonia norte-americana (Velasco, 2010; Keyssar, 2011). Imbuído dessa missão, o novo governo deixou explícito na divulgação de sua Estratégia de Segurança Nacional (NSC, 2010) a consciência sobre a necessidade de afastamento da Doutrina Unilateral e Preventiva de Bush (NSC, 2002) em detrimento de um novo *modus operandi* capaz de valorizar o multilateralismo, reconhecer o multipolarismo e privilegiar a cooperação, recriando espaço para os temas sociais, as questões ambientais e a defesa dos direitos humanos.

Sobremaneira, o ponto mais importante da estratégia traçada por Obama ficou evidenciado em seu mais recente Discurso para o Estado da União (Obama, 2011). Vivenciando uma crise política interna após o revés Democrata nas eleições legislativas de meio de mandato, em meio a uma das mais graves crises da história de sua economia doméstica, e despertando desconfiança internacional com relação às suas possibilidades de conduzir o processo de recuperação econômica do país, o discurso de Obama para as duas casas legislativas, que reforçou posicionamentos afirmados em outros importantes discursos e documentos oficiais<sup>3</sup>, foi claro e contundente: as forças políticas dos Estados Unidos devem se unir em torno de um objetivo, a manutenção da primazia internacional.

Focado no apelo ao investimento em ciência e tecnologia, Obama foi enfático ao declarar que os Estados Unidos devem impulsionar os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento de novas tecnologias que garantam sua condição de principal potência do cenário internacional. Aproveitando sua criatividade, potencial industrial e capacidade de inovação, os Estados Unidos podem dar início a um novo processo de transformação em sua economia e sociedade, ampliando suas taxas de crescimento

econômico e compartilhando oportunidades de prosperidade com a comunidade internacional (O.M.B., 2009, Obama, 2011).

De acordo com essa perspectiva, a estratégia norte-americana teria como orientação política ampliar o nível de competitividade com as potências emergentes em setores de ponta, em uma espécie de corrida armamentista, mas não por armas de fogo e de destruição em massa como na Guerra Fria, mas sim em busca de um salto tecnológico que alavanque novamente os Estados Unidos a um patamar superior ao de seus concorrentes, sobretudo na chamada nova era da informação e da sustentabilidade.

Dessa maneira, as fontes oficiais indicam que o impulso ao desenvolvimento e pesquisa nos setores mais dinâmicos de ciência e tecnologia norte-americanos deverá se adaptar às novas demandas do Estado (NIC, 2004; NSC, 2010; U.S.D.S., 2010, Obama, 2011). E essa adaptação poderá refletir nos segmentos sociais que se beneficiam das novas tendências científicas oriundas desse processo, sendo esse elo estabelecido entre Estado-Indústria-Sociedade.

Frente a esta conjuntura global que se abre no início de século XXI, em que a liderança e a superioridade norte-americanas são ameaçadas – por estrangulamentos externos e fissuras internas – a importância do Complexo Industrial Militar como artífice da superioridade tecnológica dos Estados Unidos é retomada, devendo esse ser o responsável por carrear grande parte desse processo. Tal qual feito por Schumpeter (1942) ao identificar dentro da crise econômica do capitalismo a possibilidade de surgimento de novos empreendimentos capitalistas superiores (a partir do seu conceito de destruição criadora), o momento de limitação do atual modo de produção global e a contingência ambiental provocada pelo crescimento do mundo em desenvolvimento tem sido vislumbrado pela atual administração como “janela de oportunidades” para um novo salto tecnológico e, portanto, funcional para a manutenção da primazia norte-americana no cenário internacional.

Obama vem aproveitando a situação para tentar construir novos consensos domésticos e internacionais assentados na noção de um novo multilateralismo baseado nas demandas ambientais e de sustentabilidade energética, as quais não permitem a nenhum país se abster das discussões, ao menos no campo da retórica

diplomática. Sobretudo, por se tratar de um problema que supera as diferenças de valores e interesses nacionais ou alianças políticas.

A dimensão prática dessa adaptação político-ideológica pode ser exemplificada pela conduta da administração Obama em relação ao setor automobilístico em meio a crise econômica de 2008/2009, ao qual foi dada a oportunidade de se recuperar da crise a partir da adesão ao programa de mudança do vetor tecnológico, na direção de uma produção mais limpa, eficiente e menos agressora ao meio ambiente. A nova cadeia produtiva automobilística emergente desse processo poderá vir a ser fonte de possibilidades de acumulação de riquezas para o Estado e seus sócios empresariais. Criando ainda, amplas possibilidades de novos empregos nos Estados Unidos e no mundo.

Outro campo que deve se adaptar à nova realidade e se adequar às novas condições materiais do desenvolvimento limpo e sustentável é o de produção de combustíveis. Os impactos ambientais causados pela emissão de CO<sup>2</sup> na atmosfera e a necessidade de os Estados Unidos se libertarem das amarras da dependência energética do petróleo estrangeiro tem impulsionado o incentivo à pesquisa e produção de novas fontes alternativas, abrindo espaço para que os biocombustíveis assumam *status* privilegiado nesse contexto de novo modelo de desenvolvimento de tecnologias de energia limpa (Oliveira & Moreira Jr., 2009).

Um plano nacional para aumentar a eficiência energética envolvendo todos os participantes do complexo sistema de produção de energia e de regulamentação do país vem sendo ensaiado. Desde que assumiu o governo, Obama tem elevado os gastos com programas de eficiência energética, como por exemplo, US\$ 17 bilhões no pacote de estímulo econômico aprovado com base no imperativo nacional de utilização destes recursos a partir da adoção de tecnologias e estratégias de eficiência energética. Além dessa lei de estímulo econômico, Obama também enfatizado seu compromisso em aumentar os investimentos em tecnologias renováveis, energia eólica e energia solar, biocombustíveis avançados, carvão limpo, bem como destinar US\$ 50 milhões para financiar pesquisas no intuito de tentar aumentar a eficiência energética das tecnologias de informação e comunicação. (U.S.D.S., 2009).

Ou seja, equacionar o desafio ambiental é uma demanda real e uma necessidade imperativa a ser resolvida, durante o governo Obama. Sobretudo

porque além de exercer papel fundamental no avanço tecnológico e no campo do desenvolvimento econômico, lançar mão da questão ambiental, tema de alta adesão junto à comunidade internacional, é uma importante jogada política para a recuperação do prestígio norte-americano. Ademais, estrategicamente trata-se de questão sensível ao principal rival norte-americano no cenário contemporâneo, a China.

Para fomentar esse processo de resgate da capacidade de competitividade internacional dos Estados Unidos no patamar de liderança, o presidente Obama solicitou ampliação do orçamento federal para pesquisa e desenvolvimento, direcionando esses recursos quase que integralmente (94,8 %) para seis agências federais<sup>4</sup>. O direcionamento desses recursos pode indicar as prioridades do governo em termos de estratégia de recuperação econômica, assim como de posição e prestígio na política internacional.

Dessa forma, parece evidente que a segurança e prosperidade norte-americanas estariam fortemente ligadas ao fortalecimento do papel do governo federal no direcionamento dos investimentos e estratégias da indústria nacional. Seja a indústria de base, a indústria de defesa ou de setores de alta tecnologia, a adaptação às orientações científicas e tecnológicas e ao planejamento estratégico federal seria o vetor de recuperação econômica do país. A partir da capacidade de reorganizar o sistema de produção e desenvolvimento de novas tecnologias, coadunado ao incremento no desenvolvimento de pesquisas, somados à sua posição e influência política nas estruturas edificadas na ordem anterior, os Estados Unidos imaginam poder garantir uma condição de conforto e influência nesse novo arranjo internacional que se configura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cada vez mais é ampliado o volume de informações sobre os Estados Unidos a que temos acesso, principalmente sobre suas relações exteriores. Todavia, vivenciamos ainda um incipiente processamento dessas informações em conhecimento científico qualificado e aplicado em nosso país. A opção pela discussão sobre o papel do Complexo Industrial Militar na sustentação da estratégia dos Estados Unidos se dá pela carência de estudos no Brasil que sistematizem e decodifiquem a relação entre esta instituição e o Estado, sobretudo com base nas tendências

elencadas nesse texto, possibilitando a aplicação de estratégias análogas em nosso país.

Pretendemos nesse texto discutir a importância do Complexo Industrial Militar na Grande Estratégia norte-americana a partir da avaliação do papel que ele exerce enquanto importante ator no processo de formulação e suporte à estratégia de governo dos Estados Unidos. Sobretudo no que se refere aos debates sobre o declínio norte-americano e as possibilidades de sucessão hegemônica. Foi estabelecido como recorte temporal o período Pós-Guerra Fria, devido aos impactos das transformações da sociedade internacional à estratégia norte-americana e conseqüentemente ao Complexo Industrial Militar. Além disso, pretendemos compreender como se deu a adaptação do Complexo Industrial Militar às novas fronteiras e demandas científico-tecnológicas nesse período através do mapeamento das inovações desenvolvidas nos âmbitos acadêmico e industrial.

A consolidação da superioridade dos Estados Unidos em todas as esferas da política internacional na segunda metade do século XX conheceu no seu Complexo Industrial Militar importante elemento de competição com seus rivais. Seu desempenho possibilitou avanços tecnológicos às empresas norte-americanas, que além de saltos técnico-científicos se aproveitaram dos benefícios econômicos oriundos dos ganhos de produtividade proporcionados pelo Complexo (Medeiros, 2004).

Havia, portanto, um compromisso de geração de estímulo à aceleração do progresso tecnológico por parte do Departamento de Defesa, em um processo muito próximo ao que poderia ser chamado de “keynesianismo militar” (Hobsbawm, 2007). A pressão por investimento e inovação em áreas sensíveis à defesa e à segurança se concretizou a partir do subsídio a instituições de ensino e pesquisa, e da seleção, indução e difusão de projetos voltados ao deslocamento da fronteira científica. O compromisso em manter a superioridade estratégica frente a seus adversários se tornou traço marcante da importância do Complexo Industrial Militar na estratégia de política externa dos Estados Unidos.

Tomamos por problema dessa pesquisa uma indagação recorrente nos debates sobre a reorientação estratégica norte-americana: com o fim da Guerra Fria e conseqüentemente o esgotamento da corrida armamentista, qual a função que passa

a ser exercida por esse imenso Complexo Industrial Militar na formulação da política externa estadunidense?

Partindo da premissa de que a posse de inovação e superioridade tecnológica implica a possibilidade de hierarquização na ordem internacional, apresentamos como hipótese desse trabalho a adaptação do Complexo Industrial Militar às novas demandas e exigências da orientação estratégica norte-americana. Ou seja, para garantir o alcance dessa superioridade o Complexo Industrial Militar seria responsável pelo desenvolvimento de pesquisas de ponta nas áreas científica e tecnológica com o intuito de garantir a manutenção da condição de primazia dos Estados Unidos no cenário internacional. Desse modo, o Complexo Industrial Militar seria o “braço do Estado” responsável pelo desenvolvimento de contínuas inovações tecnológicas, oferecendo suporte à nova Estratégia Global Norte-Americana.

Essa estrutura de poder global é essencial para a efetivação da Grande Estratégia dos Estados Unidos de liberalização política e ideológica e abertura mercados aos interesses norte-americanos (Huntington, 1993; Mead, 2001; Layne, 2006). E é essa Grande Estratégia que se associa a uma direção geral da política externa do país articulando os elementos centrais de sua política no que se refere às questões de segurança e defesa. Ainda que o fim da Guerra Fria tenha representado o esgotamento da estratégia de contenção, os interesses norte-americanos em relação à estabilidade da ordem internacional permaneceriam vinculados à estabilidade do ambiente internacional. Sua segurança e prosperidade permaneciam como os principais condicionantes da política externa dos Estados Unidos.

Mesmo em meio a todos os debates sobre declínio e sucessão hegemônica, os Estados Unidos são figura-chave na avaliação do cenário político mundial nos mais diversos campos: comercial, institucional, diplomático, estratégico, militar ou cultural. Portanto, não há região geográfica, regime político ou ordem econômica que não sejam afetados pelos desdobramentos das relações exteriores deste país.

Dessa forma, está clara a necessidade de estudar a maneira como se efetua, nos campos teórico e prático, a elaboração da política externa norte-americana. Ou seja, para que se tenha os subsídios corretos de análise da atuação dos Estados Unidos no cenário internacional, e conseqüentemente possibilitar avaliações mais precisas do rumo das relações internacionais, deve-se conhecer a fundo os atores envolvidos na formulação da estratégia de política externa estadunidense.

## REFERÊNCIAS

- ARQUILLA, John; RONFELDT, David. **Networks and Netwars**: the future of terror, crime and militancy. Santa Monica: Rand, 2001.
- ARMITAGE, Richard; et al. **Transforming Defense**: National Security in the 21<sup>st</sup> Century. Report of the National Defense Panel. Washington: Department of Defense, December 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BARBER, Richard. **Empresas multinacionais**: poder, economia, estratégia. São Paulo: ed. Atlas, 1972.
- BROOKS, Stephen. WOHLFORTH, William Reshaping the World Order. How Washington Should Reform International Institution. **Foreign Affairs**, Vol. 88, No. 2, p. 49-63, Mar/Apr 2009.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Choice**: Domination or Leadership. New York: Basic Books, 2004.
- BUZAN, Barry. **The United States and the Great Powers**: World Politics in the Twenty-First Century. Cambridge: Polity Press, 2004.
- BUZAN, Barry. A Leader Without Followers? The United States in World Politics after Bush. **The Global Policy Institute**, Policy Paper, No. 2, 2007.
- BUSH, George W. **Delivers Graduation Speech at the United States Military Academy in West Point**. New York, 2002.
- COLIN, Roberto. **Rússia: o ressurgimento da grande potência**. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007.
- COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. In: KEOHANE, Robert. O. (ed.). **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986.
- DAALDER, Ivo; DESTLER, L. M. **In the Shadow of the Oval Office**: The President's National Security Adviser and the Making of American Foreign Policy. New York: Simon & Schuster, 2008.
- EISENHOWER, Dwight. **Military-Industrial Complex Speech**. The White House. United States Capitol, Washington, D.C., 1961.
- FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**. July, 1989.
- GILL, Stephen; LAW, David. **The Global Political Economy**: Perspectives, Problems and Policies. Baltimore: John Hopkins University Press, 1988.
- GUIMARÃES, Samuel P. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HOBSBAWM, Eric J. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- HUNTINGTON, Samuel. A mudança nos interesses estratégicos americanos. **Política Externa**, Vol. 1, No 1, p 16-30, 1992.
- HUNTINGTON, Samuel. Why international primacy matters. **International Security**, Cambridge: MIT Press Vol. 17 No. 4, 1993.
- IKENBERRY, G. John. **Liberal order & Imperial ambition**. Cambridge: Polity, 2006.
- JARECKI, Eugene. **The American Way of War**. Guided Missiles, Misguided Men and a Republic in Peril. New York: Simon and Schuster, 2008.
- JOHNSON, Chalmers. **Blowback**. The Costs and Consequences of American Empire. Henry Holt, 2000.
- JOHNSON, Chalmers. **The Sorrows of Empire**: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic. New York: Metropolitan/Owl Books, 2004.
- KALDOR, Mary. **New and Old Wars**. Organized Violence in a Global Era. Cambridge: Polity Press, 1998.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989
- KEOHANE, Robert O. **After Hegemony**. Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KEYSSAR, Alexander. **The Balancing Act of Barack Obama**. Estudos e Análises de Conjuntura No. 03. Observatório Político dos Estados Unidos. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para o estudo das Relações Exteriores dos Estados Unidos-INEU. Janeiro, 2011.
- KHANNA, Parag. **The Second World**. Londres: Penguin Books, 2008.
- KLARE, Michael. **Resource Wars**: The New Landscape of Global Conflict, New York: Metropolitan Books, 2001.
- KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. **Foreign Affairs**, Vol. 70, No. 1, 1990/91.
- LAYNE, Christopher. **The peace of illusions**. American grand strategy from 1940 to the present. New York: Cornell University Press, 2006.
- LEFFLER, Melvyn; LEGRO, Jeffrey. **To lead the world**: American strategy after the Bush doctrine. NY: OUP, 2008.
- LINDSAY, James. Deference and Defiance: The Shifting Rhythms of Executive-Legislative Relations in Foreign Policy. **Presidential Studies Quarterly**, Vol. 33, No. 3. Center for the Study of the Presidency, September, 2003.
- MAGDOFF, Harry. **A Era do Imperialismo**: a economia da política externa dos Estados Unidos. Porto: Portucalense, 1972.
- MAMPAEY, Luc; SERFATI, Claude. Os grupos armamentistas e o mercado financeiro: rumo a um compromisso de guerra sem limites? In: Chesnais, François. **A Finança Mundializada**. Raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo, Boitempo: 2005.
- MANN, Michael. **Incoherent Empire**. New York: Verso, 2003.

- McGANN, James G.; WEAVER, Kent. (Ed) **Think Tanks and the Civil Societies: Catalysts for Ideas and Actions**. New Brunswick: Transaction Publisher, 2000.
- MEDEIROS, Carlos A. O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar. In: Fiori, José L. **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MEAD, Walter Russell. **Special Providence: American foreign policy and how it changed the world**. Knopf, New York, 2001.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics** New York: WW Norton, 2001.
- NIC, National Intelligence Council. **Mapping the Global Future**. Report of the National Intelligence Council's 2020 Project. The White House: National Intelligence Council, December, 2004.
- NSB, National Science Board. **Science & Technology Policy: past and prologue**. New York: National Science Foundation, 2000.
- NSC, National Security Council. **National Security Strategy of the United States**. The White House: National Security Council, 1991.
- NSC, National Security Council. **A National Security Strategy of Engagement and Enlargement**. The White House: National Security Council, February, 1995.
- NSC, National Security Council. **National Security Strategy For A New Century**. The White House: National Security Council, September, 2002.
- NSC, National Security Council. **U. S. National Security Strategy**. White House: National Security Council, May, 2010.
- NYE Jr., Joseph S. **Bound to lead**. New York: Basic Books, 1990.
- NYE Jr., Joseph S. **O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode seguir isolada**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- OBAMA, Barack H. **Address to a Joint Session of Congress and the American People**. The White House. United States Capitol, Washington, D.C. January, 2011.
- OLIVEIRA, Marcelo F.; MOREIRA Jr., Hermes. Uma nova hegemonia norte-americana? Contingência ambiental e novas fronteiras de acumulação de riquezas. In: Corsi, F. L. **Dimensões da Crise do Capitalismo Global. O Brasil e a Crise da Mundialização do Capital**. Londrina: Praxis, 2009.
- O.M.B., Office of Management and Budget. **A New Era of Responsibility: Renewing America's Promise**. Washington: Executive Office of the Presidente of the United States, 2009.
- PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou Mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- POSEN, Barry R.; ROSS, Andrew L. **Competing visions for US Grand Strategy. International Security**, Vol. 21, No. 3, 1996-97.
- POSEN, Barry R. **Command of the Commons** The Military Foundation of U.S. Hegemony *International Security*, Vol. 28, No. 1, p. 5-46, Summer, 2003.

- POWELL, Colin L. U.S. Forces: Challenges Ahead. **Foreign Affairs**, Vol. 71, No. 5, Winter 1992.
- RACY, Joaquim C.; SILBERFELD, Jean-Claude E. Defesa nacional, complexo industrial-militar e mobilização. **Revista de Economia Mackenzie**. Ano 3. Nº. 3, 2005.
- RAMALHO da Rocha, Antonio Jorge. O Sistema Político dos EUA: Implicações para suas Políticas Externas e de Defesa. **Contexto Internacional**, Vol. 28, No. 1. IRI-PUC, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Brasil. Janeiro-Junho. 2006.
- RICE, Condoleezza. Rethinking the National Interest. American Realism for a New World. **Foreign Affairs**, Vol. 87, No. 4, 2008.
- SANTOS, Fabiano. Estados Unidos: Dimensões Histórica, Política e Cultural. In: Fundação Alexandre de Gusmão. (Org.). **O Brasil No Mundo Que Vem Aí - III Conferência Nacional de Política Externa**. Brasília: FUNAG, Vol. 1, 2008.
- SARGENT Jr. John F. **Federal Research and Development Funding: FY2011**. Washington: Congressional Research Service, 2011.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. 1ª ed. 1942.
- TODD, Emmanuel. **Depois do Império: a decomposição do sistema americano**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- U.S.D.D. **National Defense Strategy**. Washington: Department of Defense, Jun, 2008.
- U.S.D.S., **Strategic Plan for International Affairs**. Washington: United States Department of State. Agency for International Development, 1999.
- U.S.D.S., **Strategic Plan for International Affairs**. Washington: United States Department of State. Agency for International Development, 2003.
- U.S.D.S., Eficiência Energética: o primeiro combustível. **EjornalUSA**, Bureau de Programas de Informações Internacionais. Vol. 14 Nº 4, 2009.
- VELASCO e Cruz, Sebastião C. **Um novo curso? As escolhas de Obama e a política mundial**. Estudos e Análises de Conjuntura No. 01. Observatório Político dos Estados Unidos. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para o estudo das Relações Exteriores dos Estados Unidos-INEU. Janeiro, 2010.
- VIZENTINI, Paulo F. O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade. In: VIZENTINI, Paulo; WIESEBRON, Marianne (org.). **Neohegemonia Americana ou Multipolaridade? Pólos de Poder e Sistema Internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **After Liberalism**. New York: New Press, 1995.
- WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw Hill, 1979.
- WITTKOPF, Eugene; McCORMICK, James. **The domestic sources of american foreign policy: insights and evidences**. Washington, Rowman & Littlefield Pub Inc, 2004.
- WOHLFORTH, William C. The Stability of a Unipolar World. **International Security**. Vol. 24, No. 2, p 5-41, Summer 1999.

ZAHARAN, Geraldo N. **A Tradição Liberal dos Estados Unidos e sua Influência nas Reflexões sobre Política Externa**. Um Diálogo com as Interpretações Realistas e Idealistas. Dissertação de Mestrado IRI/PUC-RIO, 2008.

ZAKARIA, Fareed. **The post-American World**. New York/London: Norton & Company, 2008.

---

<sup>1</sup> Baseada no reconhecimento da estrutura anárquica do sistema internacional, a teoria realista identifica o auto-interesse e a auto-ajuda como condições principais da atuação dos Estados na política internacional. Em virtude disso, os realistas estruturais, como Kenneth Waltz, afirmam que a preponderância solitária de uma grande potência se trata de uma fase de transição, que retornará ao equilíbrio assim que uma coligação das outras potências restaurar a balança multipolar. A unipolaridade pode existir como um modo de transição, ou como um “momento unipolar”, mas não há lugar segundo, a visão dos realistas, para a exceção unipolar (Waltz, 1979).

<sup>2</sup> De acordo com o ex-presidente e ex-veterano das Forças Armadas, Dwight Eisenhower: “[...] nas esferas do governo, devemos nos proteger contra a influência injustificada exercida pelo complexo militar-industrial. A possibilidade do surto desastroso de um poder mal orientado existe e permanecerá. Não devemos nunca permitir que o peso desta coalizão ameace as nossas liberdades ou os processos democráticos”.

<sup>3</sup> Our economy is in a deep recession that threatens to be deeper and longer than any since the Great Depression. This crisis is neither the result of a normal turn of the business cycle nor an accident of history. We arrived at this point as a result of an era of profound irresponsibility that engulfed both private and public institutions from some of our largest companies’ executive suites to the seats of power in Washington, D.C. (O.M.B., 2009).

<sup>4</sup> President Obama has requested \$147.696 billion for research and development (R&D) in FY2011, a \$343 million (0.2%) increase from the estimated FY2010 R&D funding level of \$147.353 billion. [...] Under the President’s request, six federal agencies would receive 94.8% of total federal R&D spending: the Department of Defense (DOD, 52.5%), Department of Health and Human Services (largely the National Institutes of Health) (21.8%), National Aeronautics and Space Administration (7.4%), Department of Energy (7.6%), National Science Foundation (3.8%), and Department of Agriculture (1.7%). NASA would receive the largest dollar increase for R&D of any agency, \$1.700 billion (18.3%) above its FY2010 funding level. (Sargent Jr., 2011).